

É Carnaval: sessão, sem quorum, acaba cedo

Bastou uma rápida olhada sobre o plenário para que o deputado Humberto Souto, no exercício da presidência da Constituinte, encerrasse a sessão de ontem a duas horas e 25 minutos de seu término. Ele atendia a questão de ordem levantada pelo deputado Fernando Santana (PCB/BA), que pediu verificação de quorum quando não havia 40 constituintes no plenário, número bem inferior ao quorum mínimo de 94, exigido pelo regimento provisório.

Questão de ordem idêntica havia sido apresentada na abertura dos trabalhos pelo senador Fábio Lucena (PMDB/AM), quando ainda presidia a mesa o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, da Câmara e do PMDB. Houve, contudo, tempo para que muitos constituintes chegassem ao plenário, já que Ulysses procedeu a chamada nominal para verificação de quorum. Mas, 20 minutos depois, menos de 60 constituintes permaneciam no plenário.

Ainda assim, Fábio Lucena, alegando que "a Constituinte não pode parar", pediu a convocação da Assembleia também para os dias de carnaval. Além de pedir a verificação de quorum, ele se queixou de que a sessão, embora convocada para as 14 horas, não havia sido iniciada até as 14h38min. E com a chamada nominal dos constituintes, o primeiro orador só foi à tribuna às 15h05min.

Os ânimos da sessão da véspera ainda não haviam esfriado. Já na apresentação de questões de ordem, Fábio Lucena, do PMDB, criticou a nota publicada pelo PFL nos jornais e a entrevista dada a uma emissora de televisão, pela manhã, pelo líder do partido, deputado José Lorence. Ao defender o PMDB, Lucena disse que segundo José Lorence não houve perdedores nem vencedores na sessão que acabou com o adiamento da votação do



regimento interno, mas que ele acrescentava que "houve traidores".

Coube ao deputado Alcei Guerra (PFL/PR) rebater o senador amazonense. Depois de admitir que seu partido se retirou de plenário, a fim de negar quorum à votação, "intempestivamente", ele disse que o PFL não está fechado ao diálogo, se dispondo a retomar as negociações para aprovação do regimento.

O clima só ficou mais ameno quando o líder do PDS, deputado Amaral Netto, num gesto de elegância, fez uma autocrítica, considerando malcom-

portada a sua maneira de agir na véspera. Ele pediu desculpas ao presidente do PMDB, dizendo que não queria dar mau exemplo para os novos parlamentares.

ELEIÇÕES GERAIS

O PFL, contudo, não deu trégua. Bastante aplaudida ao final do seu pronunciamento, a deputada Sandra Cavaicanti (PFL/RJ) tocou na ferida da Aliança Democrática. Considerando que não seria possível derrubar o parágrafo 7º do artigo 57 do regimento, que sacramentou o racha entre seu partido e o PMDB, apresentou o primeiro projeto de decisão, sugerindo a realização de eleições diretas em todos os níveis ao término dos trabalhos da

Constituinte. "a começar pelo Legislativo".

Foi o suficiente para esquentar de novo os ânimos. Victor Faccioni (PDS/RS), após criticar a intervenção do Banco Central em cinco bancos estaduais, disse que o regimento não havia sido votado na véspera porque o PMDB e o PFL brigaram.

Quando João Agripino (PMDB/PB) falava, Ulysses Guimarães deixou o plenário, passando a presidência dos trabalhos para Humberto Souto. Eram 15h23min. Agripino atacou o PFL e o PTB: "Decidiram fugir, blefar, não dar ao País a primeira demonstração de que esta casa está trabalhando. Têm medo de que esta Assembleia seja soberana".

Humberto Souto chamou em seguida um peteísta, mas não houve resposta. Jonas Pinheiro, de Mato Grosso, preferiu falar da crise agrícola. Acabou dando oportunidade para que as atenções se fixassem sobre os líderes José Lorence (PFL) e Gastone Righi (PTB), que cruzaram juntos o plenário, entrando pela porta dos fundos e saindo pela da frente, numa clara demonstração de que continuavam somando forças.

José Elias Murad, petebista mineiro, foi outro que desconheceu a briga. Criticou a ideia de descriminação da maconha. Mas Irma Passoni (PT/SP) e João Paulo (PT/MG) voltaram à sessão da véspera para manifestar repúdio pelo que chamaram de interferência do Executivo: o discurso do líder do Governo, Carlos Sant'Anna.

João Paulo também denunciou a matança de índios em seu estado e levantou a suspeita de estar sendo perseguido pelo ministro da Justiça Paulo Brossard, em consequência das denúncias que vem fazendo nesse sentido. E Olívio Dutra (PT/RS) e João da Mata (PFL/PB) criticaram a interferência do Banco Central nos bancos estaduais, com este último sugerindo a destituição da equipe econômica.

LUÍZ MARQUES



Cosme e Damiano? Não: Santana e Lucena

Com saudades, Airton quer seu lugar

O ex-deputado Airton Soares, do PMDB, derrotado nas urnas em São Paulo, não se conformou em ficar de fora da Constituinte e, como consolo, pediu e obteve do relator do regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso, que nele introduzisse uma permissão expressa para que os ex-parlamentares frequentem o plenário, inclusive com direito de assento.

Este foi um dos pontos criticados do regimento proposto por Fernando Henrique — que, em sua defesa, lembrou que esse privilégio dos ex-parlamentares não é novo, constando do regimento interno do Senado (mas não da Câmara e nunca nas constituintes anteriores).

FALTA LUGAR

O deputado Mendes Ri-

beiro, do PMDB gaúcho, subiu à tribuna para protestar: "Só da redemocratização para cá são mais de cinco mil, se considerarmos também os ex-deputados estaduais, que também são parlamentares. Não temos lugar no plenário nem para os 559 constituintes. Já pensaram se os ex-parlamentares resolvem acorrer em massa, que confusão?"

Em seu socorro veio o também peemedebista gaúcho Vicente Bogo, recorrendo a uma número mais real: na última eleição, houve nada menos de 347 não-releitos, e muitos deles transitam pelo Congresso como quem não reencontrou ainda o caminho de casa.

Ontem, um ex-parlamentar — Valmor Glavarina, do PMDB do

Paraná — lamentou a inclusão desse privilégio no regimento da Constituinte. "Já imaginou se todos viessem? A Constituinte tem de ter lugares privativos para seus membros. E, além do mais, há coisas mais importantes a discutir do que isso", afirmou.

LOBBY

Glavarina teme até que, entrando no plenário — no qual afirma não ter sido desde a instalação da Constituinte — "poderão dizer: está fazendo lobby. Mesmo que seja apenas um lobby político, em defesa de uma posição partidária legítima, isso seria muito ruim para a Constituinte e para o ex-parlamentar".

Oficialmente — salvo essa permissão para entrar no plenário, que na Câmara é mantida por uma pra-

xe não escrita — os ex-parlamentares não têm qualquer prerrogativa ou privilégio. Com exceção, é claro, da aposentadoria com oito anos de mandato (ou apenas quatro, se pagar a contribuição em dobro), fazendo jus à pensão de 30 por cento da parte fixa do subsídio.

"Mas isso não é privilégio. Nós pagamos ao Instituto de Previdência dos Congressistas e recebemos de volta nosso pecúlio, que é irrisório. Para ter direito a 100 por cento do subsídio — da parte fixa apenas — o parlamentar tem de ter 30 anos de mandato, como qualquer aposentado", esclarece Valmor Glavarina — que, aliás, pagou apenas quatro anos, não averbou seu tempo de vereador e de deputado estadual e não receberá pensão.

de A a Z

os Constituintes

Antônio

Carlos Franco

Estréia na Câmara pelo PMDB de Sergipe como o mais votado do Estado. Substitui no Legislativo o seu pai, Augusto Franco, e mantém tradição familiar

Antônio Carlos Leite Franco (PMDB-SE), 34 anos, foi o deputado federal mais votado do Estado de Sergipe. Embora seja este o seu primeiro mandato, dificilmente existirá alguém nesta Assembleia Constituinte com tanta linhagem política. Para se ter uma ideia do seu peso específico na política sergipana, basta dizer que Antônio Carlos é irmão de senador (Albano Franco), e filho, sobrinho e neto de ex-senadores. Seu pai, Augusto Franco, o maior empresário do Estado, foi senador e deputado, tendo ocupado a presidência do PDS até pouco antes de se afastar da política, cedendo-lhe a vaga no último pleito. Seu tio, Walter Franco, foi senador nos idos de 47, e seu avô materno, Augusto Leite, foi Constituinte em 34. Ele tem ainda um outro irmão, Walter, que foi reeleito deputado esta-

dual. Casado, com três filhos, formado em administração de empresas pelo Mackenzie, em São Paulo, ele destacou-se como competente empresário na condução dos negócios da família, dirigindo durante anos a Usina São José do Pinheiro (responsável sozinha pela produção de mais de 60 por cento do açúcar de todo o Estado) e o complexo de comunicação pertencente ao clã — (duas televisões, duas rádios e um jornal). Acorda cedo, trabalha muito, e embora de comportamento discreto, tem tudo para rapidamente se destacar como integrante da ala mais conservadora do PMDB, partido que abraçou por conveniência política. Sua eleição foi resultado de uma coligação entre o antigo PDS e parte do PMDB local, liderado pelo exdeputado José Carlos Teixeira, candidato derrotado ao governo do Estado.

Leopoldo

Peres

Suplente de senador pelo Amazonas, ocupou a vaga deixada por Fábio Lucena. E esclarece: "Não foi golpe em Mestrinho"

Leopoldo Peres Sobrinho (PMDB-AM), 56 anos, manteve seu propósito de "ser Constituinte" e assumiu a vaga deixada pelo senador Fábio Lucena que renunciou ao mandato obtido em 1982. Com isto, deixou a impressão, que considera errônea, de que teria frustrado a tentativa do governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, de ocupar a vaga em questão, em nova eleição regional que se realizaria em março. Não foi um "golpe de mestre no Mestrinho", ele garante, ressaltando que nunca fez manifestação pública anunciando que renunciaria ao mandato.

"Não troco meu direito nem mesmo pela Presidência da República", afirma o senador para explicar que não está atrás de cargo público para ganhar notoriedade. "Meu propósito sempre foi o de participar da Constituin-

LUÍZ MARQUES



te, por isto não renunciei à primeira suplência e assumi a vaga". Para ele, a vida pública é um ônus que deve ser encarado por quem tem senso de responsabilidade.

Ex-jornalista (dos 16 aos 23 anos), poeta com várias poesias publicadas em antologias regionais, Leopoldo Peres, desde menino, diz que gostava de estar por perto das movimentações políticas. A partir da década de 50 começou a participar de todas as campanhas de características nacionalistas, como "O Petróleo é Nosso" e a luta contra a internacionalização da Amazônia.

Espera que a nova Carta proporcione o fim da "farsa do capitalismo de Estado, que acumula déficit, e do socialismo estatal que distribui prejuízos". Só assim, ele acredita, "teremos uma Constituição moderna".

DISTRITO FEDERAL

Ninguém acredita na ruptura da Aliança

O estremecimento das relações entre o PMDB e o PFL, em função da aprovação do regimento da Constituinte, não atingirá, necessariamente, a Aliança Democrática no Distrito Federal. Esta é a opinião do deputado Valmir Campelo (PFL/DF) e também do senador Pompeu de Sousa (PMDB/DF). Campelo acredita que os dois partidos atuam juntos na Capital da República, apesar de suas diferenças, na defesa de bandeiras comuns, como a autonomia política do DF. "Aqui não haverá rompimento", previu ele. "É óbvio que há pontos discordantes e até alguns atritos entre o PMDB e o PFL, mas os interesses de Brasília estão acima de tudo", afirmou.

O senador Pompeu de Sousa argumenta que não haverá rompimento porque, na verdade, o afastamento dos dois partidos, pelo menos no DF, não é um fato novo. "Temos boas relações, mas durante a campanha eleitoral ficou evidenciado que aqui o PMDB é o grande adversário do PFL, e vice-versa", explicou. Pompeu não acredita que chegará a haver um confronto entre os dois partidos na capital. "Temos muitos pontos de concordância, como a ne-

cessidade de Brasília ter autonomia política, mas também é verdade que essa identidade existe também com outros partidos".

Se o rompimento da Aliança se concretizasse em Brasília, como ficaria a reforma do secretariado, prevista para logo após a posse dos novos governadores? Pompeu de Sousa pensa que este é um problema estritamente do governador José Aparecido, apesar da evidente competição entre os dois partidos. "Nesse caso, eu fico com o PMDB, apesar de não preterir-me manifestar sobre cargos, a menos que seja chamado para tal", disse.

De acordo com o deputado Valmir Campelo, o PFL está à espera de um chamado do governador para iniciar entendimentos, no sentido de reequilibrar as forças dentro do GDF. "Não sei o que pleitearemos, pois ainda não pensamos em termos de cargos, mas é certo que o PFL tem que ter um peso grande no Governo, porque é o campeão de votos na capital, apesar de ter menos parlamentares eleitos".

Pompeu de Sousa, em contrapartida, acha que o maior número de parlamentares eleitos pelo PMDB dá ao partido o direito de um espaço maior.